PARECER Nº /2017

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE LEI Nº 48/2017**

AUTOR: PREFEITO DELVITO ALVES DA SILVA FILHO

RELATOR: VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 48/2017 é de iniciativa do Sr. Prefeito do Município de Unaí, que busca, por meio dele, autorização para instituir o Parque Natural Municipal denominado Senhorinha Lemos do Prado e dar outras providências.

O projeto sob análise visa instituir parque natural municipal com área de 37.569,60 m² (trinta e sete mil quinhentos e sessenta e nove metros e sessenta centímetros quadrados) situado no limite com Terra Nova Empreendimentos Imobiliários.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 21 de junho de 2017, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que, após convertê-lo em diligência, exarou parecer e votação favoráveis à sua aprovação.

Na sequência, o Projeto foi distribuído a presente Comissão onde fui designado Relator da matéria para emitir parecer nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “g”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

g) aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita e despesa;

(...)

Conforme dito no sucinto relatório, a intenção do Autor é obter autorização legislativa para instituir o Parque Natural Municipal denominado Senhorinha Lemos do Prado.

Consoante previsto no artigo 1º da proposição, o parque em questão, com área total de 37.569,60 m² (trinta e sete mil quinhentos e sessenta e nove metros e sessenta centímetros quadrados) situado no limite com Terra Nova Empreendimentos Imobiliários.

De acordo com o artigo 2º do projeto sob exame, o Parque Natural Municipal Senhorinha Lemos do Prado deverá atender os seguintes objetivos e diretrizes:

I – proteção e preservação dos fragmentos de vegetação nativa das formações de cerrado, mata ciliar e mata brejosa, que deverão ter acesso monitorado ao público exclusivamente para ações de educação ambiental, trilhas ecológicas e pesquisa científica;

II – preservação de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção ou insuficientemente conhecidas da fauna e da flora;

III – proteção dos recursos hídricos;

IV – criação de áreas verdes, de lazer e de recreação em contato com a natureza;

V – proporcionar o desenvolvimento de iniciativas que conciliem a viabilidade econômica da região com utilização racional dos recursos naturais; e

VI – estimular as atividades de recreação, educação ambiental e pesquisa científica quando compatíveis com os demais objetivos do parque.

Vê-se pela justificativa do senhor Prefeito que a área verde a ser preservada, além de proteger o meio ambiente e gerar emprego, viabiliza um espaço para educação ambiental neste Município, tratando-se, portanto, de um projeto de grande importância para esta cidade.

Após essas considerações iniciais, passa-se à análise de mérito orçamentário e financeiro da proposição.

A instituição do Parque em questão, que ora se pretende autorizar, obviamente, irá gerar ônus para os cofres públicos, todavia, em contrapartida, os administrados terão um espaço verde para realização de atividades educativas ou de lazer.

A geração de despesa pública está disciplinada nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, sendo possível desde que conste no processo a declaração do ordenador de despesa de que o aumento tenha adequação com as peças orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA) e a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, sendo ressalvada dessas formalidades a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a LDO. Esta considera despesas irrelevantes aquelas cujo valor anual não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993. De acordo com o Projeto de Lei n.º 68/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 que o valor da instituição e manutenção do parque em questão ultrapassa os limites previstos na citada Lei Federal; sendo necessário, portanto, a declaração do ordenador de despesa e a estimativa do impacto orçamentário financeiro.

Quanto ao relatório de impacto, este não foi juntado, porque os recursos necessários para instituição e manutenção dos parques naturais municipais, conforme informado na diligência e demonstrado no documento de fl.15, constarão do Plano Plurianual relativo ao período de 2018-2021 e na proposta orçamentária de 2018.

Especificamente com relação ao Parque Natural Municipal denominado Senhorinha Lemos do Prado, este, de acordo com o Projeto de Lei n.º 68/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, custará para os cofres públicos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) referente à sua criação e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por ano para sua manutenção.

Considerando que o Plano Plurianual do período de 2018-2021 e a Lei orçamentária do exercício de 2018 irão contemplar recursos tanto para a criação quanto para manutenção do parque em questão, este relator, quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeiros aqui analisados, não visualiza óbices para aprovação do projeto.

Cumpre destacar que, conforme previsão contida no §2º do artigo 8º, o Município poderá firmar convênios e outros ajustes, com entidades públicas ou privadas, a fim de viabilizar as medidas necessárias para a implantação e conservação das unidades de conservação municipais.

De acordo com previsão inserida no artigo 9º, a Prefeitura Municipal de Unaí também poderá pleitear recursos oriundos de compensação ambiental durante os processos de licenciamento ambiental de obras no Município ou região, a serem destinados para as seguintes atividades, obedecendo à ordem de prioridade: I – elaboração de planos de manejo e projetos específicos das unidades de conservação; e II – implantação de projetos de recuperação e conservação das áreas que já compõem o patrimônio público, independentemente da existência de trechos da unidade de conservação ainda sob o domínio privado.

Por derradeiro, vale destacar, ainda, que, consoante o artigo 10, o senhor Prefeito tem o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação da Lei, para elaborar o Plano de Manejo do presente Parque.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 48/2017.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 11 de setembro de 2017.

VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES
Relator Designado